# ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DE 2021.

**PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR**

**1º SECRETÁRIO: VEREADOR SABÁ (em exercício)**

**2ª SECRETÁRIA: VEREADORA MARCELLE MORAES (*ad hoc*)**

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, pôs em votação, no Plenário, a dispensa de interstício e de quaisquer outras formalidades para as votações a se realizarem nesta Sessão. Essa medida foi votada e aprovada pelo

Plenário. Posteriormente, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 1.381/21 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em resposta a pleito da CMS; Ofício n. 83/21 do Ministério da Cidadania em resposta a pleito da CMS; Ofício n. 77/21 da Secretaria estadual de Turismo em resposta a pleito da CMS; Ofícios n.s 229, 231 e 236/21 do Gabinete do Prefeito encaminhando, respectivamente, os Decretos n.s 34.063/21, 34.065/21 e 34.095/21, referentes a Aberturas de Créditos Extraordinários; Ofícios n.s 72. 73, 75, 80, 81,83, 84, 85, 86, 87 e 88/21 da Vice-Prefeita em resposta a pleitos da CMS; Ofícios n.s 138, 139, 141 e 142/21 da Secretaria Municipal de Governo em resposta a pleitos da CMS; Ofício n. 143/21 da Secretaria municipal de Infraestrutura em resposta a pleito da CMS; Ofício n. 422/21 da Secretaria municipal de Promoção Social em resposta a pleito da CMS; Veto total n. 9/21 do Executivo Municipal; Mensagens n.s 15 e 16/21 do Executivo Municipal encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei n.s 224 e 228/21; Projetos de Lei n.s 220/21 do vereador André Fraga, 221/21 do vereador George Reis, 222/21 da vereadora Laina Crisóstomo, 223, 225, 226, 227 e 229/21 do vereador George Reis, 230/21 do vereador Julio Santos e 231/21 do vereador Cláudio Tinoco; Projetos de Indicação n.s 378/21 do vereador Teo Senna, 379/21 da vereadora Roberta Caires, 380/21 do vereador Joceval Rodrigues, 381/21 da vereadora Debora Santana, 382/21 do vereador Luiz Carlos Suíca, 383 a 386/21 do vereador George Reis, 387/21 do vereador Tiago Ferreira, 388/21 do vereador George Reis, 389/21 da vereadora Roberta Caires, 390/21 da vereadora Cris Correia e 391/21 do vereador George Reis; Projetos de Resolução n.s 65/21 do vereador George Reis, 66/21 do vereador Tiago Ferreira, 67/21 do vereador Geraldo Júnior, 68/21 da vereadora Roberta Caires, 69 e 70/21 do vereador Geraldo Júnior e 71/21 do vereador Alexandre Aleluia; Requerimentos n.s 166/21 do vereador Joceval Rodrigues, 167/21 da vereadora Debora Santana, 168/21 da vereadora Marta Rodrigues e 169 e 170/21 do vereador Augusto Vasconcelos; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 32/21 do vereador Maurício Trindade, 33/21 do vereador

Julio Santos e 34/21 do vereador Joceval Rodrigues; e Moções n.s 71/21 do vereador Luiz Carlos Suíca, 72 e 73/21 do vereador Sílvio Humberto, 74/21 do vereador Marcelo Maia, 75/21 do vereador Tiago Ferreira, 76/21 do vereador Emerson Penalva e 77/21 do vereador Augusto Vasconcelos. Terminada a leitura do Expediente o senhor presidente expôs as Proposições a serem votadas, pedindo atenção e diálogo por parte das lideranças. Destacou os Projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do *Salvador por Todos* e do reajuste do tíquete-alimentação dos rodoviários, e propôs a inversão da pauta para se iniciarem, de imediato, as votações. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz pediu que as votações fossem nominais. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues disse que não havia acordo para a inversão da pauta e pediu que houvesse os Registros antes das votações. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior, líder do Governo, apelou aos pares da sua bancada para que, ante a importância das votações, não fizessem uso dos Registros e deixassem para se pronunciar nas discussões dos Projetos. Respondendo a consulta do senhor presidente, o vereador Edvaldo Brito disse que, a princípio, tendia a concordar com inversão de pauta e indagou se a inversão proposta significaria a antecipação do Projeto da LDO. O senhor presidente explicou que seriam antecipadas as votações dos Projetos da LDO, do *Salvador por Todos* e dos rodoviários. O vereador Edvaldo Brito disse que não seria contrário à antecipação quanto aos Projetos do *Salvador por Todos* e dos rodoviários, em razão do seu cunho social e desde que conhecesse o seu teor. Sobre o Projeto da LDO, lembrou haver Emenda sua, de natureza técnica. Passando-se aos **Registros**, o vereador Luiz Carlos Suíca lamentou o falecimento, por Covid, de Edvaldo Rocha, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza (Sindilimp), a quem enalteceu como profissional e sindicalista. Expôs sobre as qualidades e ações de Edvaldo Rocha e pediu um minuto de silêncio, o qual foi cumprido. O vereador Carlos Muniz criticou a redação do Projeto do *Salvador por Todos*, por entender que se desestimulava a vacinação ao se prever a suspensão de auxílio para quem estivesse vacinado. Declarou o seu voto

contrário em caso de a redação assim persistir. A vereadora Marcelle Moraes repudiou o incêndio de colônia que abrigava gatos. Pediu que os governos municipal e estadual atuassem sobre esses animais, destacando o trabalho de protetores que, com recursos escassos, cuidavam de animais, cujas demandas expôs. O vereador Augusto Vasconcelos declarou concordância com o vereador Carlos Muniz. Denunciou problemas causados por uma obra irregular em Mussurunga, como desmatamento de árvores frutíferas e danos em estruturas domiciliares. Pediu ação da CMS e responsabilização da empresa realizadora da obra. A vereadora Marta Rodrigues repudiou a privatização dos Correios, destacando o respeito e a credibilidade de que a empresa gozava junto à população. Observou que, em muitas localidades, os Correios eram o único meio de ações importantes chegarem às populações e pediu um olhar sobre a perda que se via em entidades públicas. O vereador Isnard Araújo registrou os 44 anos da Igreja Universal do Reino de Deus, parabenizando a entidade e contando sobre a sua trajetória nela. A vereadora Laina Crisóstomo comentou sobre as revelações, na CPI da Covid no Senado Federal, relativas à gestão do Presidente Bolsonaro, a qual qualificou como genocida. Criticou eventos-teste que viam sendo programados pela Prefeitura, afirmando que preferia ver outras ações, de importância para as comunidades. O vereador Átila do Congo rebateu matéria do jornal Política Livre que apontava manipulação do senhor presidente sobre a sua atuação. Rejeitou esse tipo de informação e destacou o apoio que sempre tivera do senhor presidente. Repudiou ataque racista sofrido por um colega motorista de aplicativo. O vereador Teo Senna parabenizou o deputado estadual Hilton Coelho por obter medida judicial contrária à venda de terrenos públicos estaduais. Observou que os mesmos partidos que, na Casa, eram contrários à venda de terrenos municipais abandonados eram favoráveis à venda de terrenos estaduais. O vereador Sílvio Humberto também se associou ao vereador Carlos Muniz, considerando descabido considerar a vacina como se ela resolvesse questões de trabalho e emprego. Defendeu que a redação do Projeto fosse refeita quanto a isso.

A vereadora Maria Marighella mencionou a Sessão Solene sobre presos políticos da Operação Radar, realizada pela Ditadura na década de 1970. Denunciou a colocação de concreto, pela Prefeitura, na praia de Stella Maris, removendo-se a vegetação natural da área. O vereador Tiago Ferreira declarou satisfação pelo Projeto da Prefeitura sobre reajuste do tíquete-alimentação dos rodoviários, informando Emenda sua e do vereador Hélio Ferreira para reajuste salarial da categoria, sobre a qual, mencionou outros pleitos, apontando dispositivos legais que os embasavam. Pediu atenção do secretário municipal da Saúde aos agentes de endemias, que não eram atendidos em demandas remuneratórias, enquanto atuavam no enfrentamento à pandemia. Disse que o ex-Presidente Lula crescia nas pesquisas enquanto o Governo Bolsonaro se acabava. O vereador Alexandre Aleluia parabenizou o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Roberto Balazeiro, pela indicação ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Contou sobre manifestação pública, com motos, em defesa do Governo Federal. Comentou sobre os eventos-teste e sobre declaração do secretário municipal da Saúde que os relacionava às vacinas. Declarou-se contra o acesso a eventos ser condicionado à vacinação e defendeu a liberdade das pessoas. O vereador Hélio Ferreira discorreu sobre a luta dos trabalhadores do Consórcio Salvador Norte (CSN), mencionando o Projeto do Executivo que a eles relativo. Pediu apoio à Emenda sua e do vereador Tiago Ferreira sobre a remuneração dos rodoviários. O vereador Cláudio Tinoco registrou o Dia do Panificador, destacando esses profissionais e suas lideranças, e lembrando ter defendido a reabertura das padarias. Apelou ao Governo do Estado pela reabertura das escolas, observando que a taxa de ocupação de UTIs no Município era de 52% e que a pandemia decrescia em todo o Estado. Pediu que a Casa acompanhasse a retomada de eventos, propondo a criação de comissão a respeito. Considerou absurda a contrariedade aos eventos-teste, afirmando que eles não se dariam em benefício de grandes artistas, mas sim, de toda uma economia importante na Cidade. Passando-se à **Ordem do Dia**, foi inicialmente apreciado o Veto n. 2/21. Subiu à

Tribuna, para Parecer pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos na Comissão, o Parecer foi aprovado, contra o voto do vereador Edvaldo Brito. O Parecer foi também aprovado em Plenário, contra o voto do vereador Sílvio Humberto. Após discutido e votado, o Veto foi mantido, contra os votos dos mesmos vereadores. Em seguida, foram discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projetos de Indicação n.s 484/20, 146/21, 270/21, 273/21, 274/21, 282/21, 283/21, 286/21, 287/21, 293/21, 294/21, 295/21, 296/21, 297/21, 300/21, 301/21, 303/21, 304/21, 310/21, 312/21, 313/21, 314/21, 315/21, 318/21, 319/21, 320/21, 322/21, 324/21, 327/21, 329/21, 330/21, 331/21, 334/21, 335/21, 336/21, 337/21, 339/21 e 340/21; e Projetos de Resolução n.s 32/21, 33/21, 35/21, 36/21, 41/21, 42/21, 44/21, 45/21, 46/21, 64/21, 67/21, 69/21 e 70/21. Foram também discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Moções n.s 65/21, 67/21, 70/21, 71/21, 72/21, 73/21, 74/21 (contra os votos dos vereadores Ireuda Silva e Ricardo Almeida), 76/21 e 77/21; e Requerimentos n.s 153/21, 154/21, 155/21, 156/21, 157/21, 158/21, 159/21, 160/21, 161/21, 162/21, 165/21, 166/21, 167/21, 168/21, 169/21 e 170/21. A aprovação do Requerimento n. 167/21, para instalação, na fachada do prédio da CMS, de símbolo luminoso relativo à cultura cristã e suas datas comemorativas, deu-se segundo acordo em Plenário, pelo qual foi suprimida, do texto original, previsão de aposição de uma frase ao símbolo. Dessa forma, o Projeto foi subscrito por diversos edis. Em apreciação o Projeto de Lei n. 224/21, do *Salvador por Todos*, e havendo seis Emendas, subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ, e pelas Comissões de Finanças e Orçamento, e de Assistência Social, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável ao Projeto e à Emenda n. 6, e contrário às Emendas n.s 1, 2, 3, 4 e 5. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, contra o voto da vereadora Marta Rodrigues na Comissão de Finanças, no tocante à rejeição de Emendas. O Parecer foi também aprovado em Plenário. Em discussão, o vereador Sílvio Humberto reiterou contrariedade ao condicionamento do auxílio

ao não-recebimento de vacina, destacando a vulnerabilidade social trazida pela pandemia. A vereadora Marta Rodrigues discorreu sobre as necessidades das pessoas na pandemia e o efeito das vacinas até então aplicadas, criticando que a vacinação fosse parâmetro para o benefício previsto. Considerou o Projeto confuso e tendente a penalizar os que já viviam em situação de pobreza. A vereadora Laina Crisóstomo considerou o Projeto importante diante do desemprego na Cidade, porém, perverso no modo como estabelecia critérios para o benefício. Ponderou que a primeira dose da vacina não imunizava a pessoa, e tampouco a imunização significava a obtenção de emprego. A Sessão foi prorrogada por duas horas. A vereadora Maria Marighella defendeu que o benefício fosse incorporado ao Plano Plurianual (PPA). Expôs a necessidade de mais indicadores sobre a concessão do benefício e pediu a retirada da suspensão desse benefício para quem fosse vacinado. Defendeu as suas Emendas. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 224/21 foi aprovado até a Redação Final. Em apreciação o Projeto de Lei n 228/21, dos rodoviários, com Emenda, subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pelas Comissões de Finanças e de Transportes, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável ao Projeto e contrário à Emenda. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, contra os votos dos vereadores Hélio Ferreira e Tiago Ferreira na Comissão de Transportes. Submetido ao Plenário, o Parecer foi também aprovado. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 228/21 foi aprovado até a Redação Final. Declararam voto os vereadores: Hélio Ferreira, explicando que seu voto contrário se dera quanto à rejeição à Emenda, e que o Projeto era importante para os rodoviários; e Tiago Ferreira, que expôs sobre a situação dos trabalhadores da empresa CSN. Em apreciação o Projeto de Lei n. 180/21, da LDO, com Emenda, subiu à Tribuna para Parecer à Emenda, pela Comissão de Finanças, o vereador Joceval Rodrigues. O Parecer foi favorável. Colhidos os votos na Comissão, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Em 1ª discussão, a vereadora Marta Rodrigues mencionou o seu Voto em Separado ao Projeto,

analisando critérios técnicos e legais sobre a LDO e explicando que a sua contrariedade se devia a entender que o teor do Projeto não se coadunava com a realidade objetiva. Expôs sobre os anexos e apontou relações contratuais que a levavam a divergir do Projeto. A vereadora Laina Crisóstomo defendeu transparência para uma efetiva fiscalização. A vereadora Maria Marighella afirmou que o Projeto não fora elaborado segundo a participação popular prevista no Estatuto das Cidades. Apontou a não-realização, pela Comissão de Finanças, de audiências públicas e debates necessários, exceto por uma única audiência, a qual avaliou insuficiente. Declarou-se contra o "enxugamento" previsto para o pós-pandemia. Em 2ª discussão, a vereadora Marta Rodrigues, mencionou queda nas transferências de recursos e a necessidade de novas fontes para a base econômica do Município. Defendeu uma maior fiscalização na arrecadação e a cobrança da dívida ativa. A vereadora Laina Crisóstomo questionou o montante de benefícios fiscais para empresas atuantes nos transportes, lembrando que a população pagava tarifas, as quais sofriam majorações. Exigiu transparência sobre esses pontos. A vereadora Maria Marighella destacou o sentido de participação popular, afirmando que a população deveria se sentir parte do que era decidido sobre a Cidade. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 180/21 foi aprovado, com sua Emenda, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Laina Crisóstomo, Maria Marighella, Marta Rodrigues e Tiago Ferreira. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO